

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ATUÁRIA

LEONARDO ANTONIO SPIRANDIO PEREIRA

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL E A DESIGUALDADE SOCIAL

São Paulo

2022

LEONARDO ANTONIO SPIRANDIO PEREIRA

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL E A DESIGUALDADE SOCIAL

Monografia submetida à apreciação de Banca Examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Orientador: Prof Dr. Antonio Carlos Alves dos Santos

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise da desigualdade social no país, partindo de análise dos estudos clássicos sobre a distribuição para entender como era pensada a distribuição no início do capitalismo. Uma vez estabelecido a análise clássica, será realizada ao longo da pesquisa a análise da composição histórica, assim como a análise dos programas de renda, indicadores utilizados e métodos de mensuração da desigualdade. No final, será analisado os indicadores, utilizando os dados disponibilizados principalmente no IPEA, e uma breve abordagem passando pelo cenário atual no que tange a distribuição de renda.

Palavras-chave: Distribuição de Renda; Desigualdade Social; Programa de Distribuição; Coeficiente de Gini.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Comparativo Índice de Gini (2001-2014).....	33
Tabela 2 - Renda Domiciliar Média dos Pobres	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curva de Lorenz Brasileira (2001-2011)	27
Figura 2 - Variação da participação da renda domiciliar por décimo (2001-2014)	29
Figura 3 - Renda Per Capita dos Pobres (2001-2014).....	34
Figura 4 - Participação na Renda Domiciliar 1% mais ricos (2001-2014).....	36
Figura 5 - Renda per Capita Média 1% mais ricos (2001 -2014)	36

Sumário

I.	Introdução.....	8
1.	Justificativa.....	9
2.	Objetivos	11
	Objetivos Gerais:.....	11
	Objetivos Específicos:.....	11
3.	Metodologia.....	12
II.	Fundamentação Teórica.....	13
1.	Distribuição de Renda	13
2.	Abordagem Clássica	17
3.	Processo histórico - Breve Análise	22
4.	Abordagem Contemporânea.....	25
III.	Análise dos Resultados.....	32
IV.	Conclusão	40
V.	Bibliografia	41

I. Introdução

A economia brasileira obteve grande crescimento no pós-guerra até 1979, o Produto Interno Bruto (PIB) teve um crescimento médio anual de 7.1%. E durante o que foi chamado de “milagre econômico”, período de 1968 a 1973 as taxas de crescimento foram de aproximadamente 10% ao ano (HADDAD, 1974).

Segundo Silva (2017), apesar do grande crescimento econômico especialmente nos governos militares, é possível observar grande queda no nível de bem-estar da população com a piora da desigualdade e injustiças sociais. É possível verificar um crescimento substancial no número de pobres

Segundo Giambiagi (2011), um fator que contribuiu para a manutenção do estado de desigualdade social foi a instabilidade econômica a partir de 1980 a inflação, deterioração do poder de compra, o que intensificou a queda nos níveis de bem-estar da população. Os governos do período, com o intuito de solucionar os problemas macroeconômicos lançaram diversos planos econômicos, que por fim acabaram por contribuir com a inflação até o plano que conseguiu estabilizar a economia, o plano real (1994)

O presente estudo tem como objetivo uma reflexão sobre o processo de concentração de renda inerente ao capitalismo, e sobre a evolução da desigualdade social. tendo em vista a grande contradição que é o Brasil ser um país que ocupa uma posição de destaque nos rankings das estatísticas internacionais e em contraponto ser um dos países mais desiguais do mundo mesmo após a estabilização macroeconômica após o plano real. Deste modo a pesquisa busca apresentar a dinâmica da distribuição de renda após estabilização econômica e quais fatores influenciam os indicadores de desigualdade social.

1. Justificativa

O Brasil tem pela frente o enorme desafio de combater a desigualdade social e pobreza, na qual há uma parcela da sociedade que vive abaixo da linha da pobreza. Em contrapartida, se analisarmos o cenário mundial, podemos verificar que segundo dados do WORLD BANK o Brasil teve o 9º maior PIB do mundo no ano de 2019.

No meio de realidades tão distantes, temos a desigualdade intrinsecamente associada a má distribuição de renda que é produto de uma organização social da produção e de acumulação de capital que exclui uma parcela da população e concentra a riqueza sob poder de uma minoria enquanto boa parcela vive na pobreza.

Essa contradição entre ser um dos países mais ricos do mundo, mas também com um dos maiores indicadores de desigualdade, por exemplo o Coeficiente de Gini, que busca quantificar o grau de desigualdade da renda.

Mesmo com altos índices de desigualdade, se avaliarmos a série histórica do índice de Gini (IPEA) podemos perceber que houve uma queda considerável, principalmente a partir de 2003, onde o índice caiu de 58.3 em 2001 para 51.8 em 2014.

Essa evolução sobre o coeficiente de Gini foi possível graças a programas criados na década de 90, que posteriormente abriram caminho para o maior e mais efetivo programa de distribuição da história deste país. Na tentativa de combater a desigualdade e pobreza foi criado um projeto que garantia uma complementação de renda foi o Programa de Garantia de Renda Mínima, proposto em 1991 pelo então senador do Partido dos Trabalhadores (PT) Eduardo Suplicy. Este que serviria como inspiração para o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como uma primeira resposta aos problemas sociais criou os programas Bolsa Alimentação e Bolsa Escola.

Seguindo as políticas do governo anterior, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) unifica e amplia os programas do FHC criando o Programa Bolsa Família, que até 2020 atenderia 14.28 milhões de famílias. (PORTAL GOV.BR).

Conforme estudo publicado pelo IPEA, a partir da década de 1990 houve uma intensificação dos esforços para redução da desigualdade social.

De fato, as medidas de desigualdade de renda familiar per capita confirmam que a trajetória de queda, iniciada em meados da década de 1990, assume uma intensidade inequivocamente mais acentuada a partir de 2001, assim permanecendo durante os anos subsequentes, até 2005. Um dos resultados desse processo é que, nesse ano, a desigualdade alcançou seu menor nível nas últimas três décadas. No entanto, apesar dos avanços, a concentração de renda brasileira ainda é extremamente alta, encontrando-se o Brasil entre os países com mais elevados níveis de desigualdade.

(BARROS, FOGUEL, ULYSSEA, 2006, p.07)

A questão da distribuição de renda é abordada por David Ricardo como um dos principais objetivos da economia política em *Princípios de Economia Política e Tributação* (ANO), onde o produto da terra era dividido entre os proprietários da terra, o dono do capital e pela classe trabalhadora onde essa divisão entre as classes era denominada renda, lucro e salário respectivamente e define essa disputa por uma parcela do produto como um problema central era determinar uma legislação que regulamenta essa divisão entre as classes.

John Stuart Mill escreveu em *Princípios de Economia Política*:

Não somente a sociedade lhe pode tirar o que ele produziu, senão que indivíduos poderiam tirar-lhe, e lhe tirariam, se a sociedade permanecesse passiva, se esta não interferisse em massa ou não contratasse e pagasse pessoas para o propósito de impedir que a sua posse seja lesada. Eis por que a distribuição da riqueza depende das leis e dos costumes da sociedade. As normas que regem essa distribuição são aquelas que as opiniões e os sentimentos dos governantes da comunidade criarem, variando-as muito conforme a diversidade de épocas e países; poderiam ser ainda mais diferentes, se a humanidade assim o quisesse.

(MILL, 2019, p.308)

Ao se discutir desigualdade de renda, é impossível não mencionar a divisão do produto entre as classes sociais, na qual toda a desigualdade de uma sociedade não passa de um resultado de uma má distribuição dessa renda e de um regime excludente mantendo os mais pobres à margem da sociedade. O acesso a bens considerados básicos como alimentação de qualidade, saneamento básico, saúde adequada nada mais é que um produto oriundo da própria divisão social condicionada ao não acesso à riqueza e propriedade de bens.

Buscando garantir uma renda complementar à parcela da população mais vulnerável, o programa permite acesso a bens básicos para milhares de pessoas minimizando os efeitos negativos da divisão social. O Programa Bolsa Família, apesar de ser muito criticado e questionado por ser considerado por seus críticos uma política para manobrar a população em busca de votos, ou até mesmo uma espécie de esmola, algo que ao se investigar, podemos averiguar o incontestável sucesso do programa no cumprimento do seu principal objetivo, que é minimizar a pobreza imediata e garantir acesso à alimentação, saúde e educação.

Este estudo tem o papel de avaliar a real eficácia do programa, e sua contribuição para a sociedade, não analisando somente os beneficiários deste, mas também os impactos para o desenvolvimento e crescimento econômico.

2. Objetivos

Objetivos Gerais:

O presente estudo busca:

- Analisar os efeitos dos programas de distribuição de renda considerando contexto histórico e econômico.
- Compreender os impactos sociais desses programas na vida das pessoas.

Objetivos Específicos:

- Analisar os efeitos sociais de uma melhor distribuição da renda.
- Verificar possíveis efeitos políticos e econômicos de uma implantação de um sistema de renda mínima.

3. Metodologia

A metodologia considera literatura a respeito, assim como análise dos dados disponíveis para análise dos reais impactos dos programas de distribuição para a sociedade brasileira.

Para as análises quantitativas serão utilizados dados primários disponíveis em instituições como IBGE, IPEA e BANCO MUNDIAL.

II. Fundamentação Teórica

1. Distribuição de Renda

A distribuição tem sido um tema muito discutido e atrelado à questão do desenvolvimento econômico e tem sido tópico muito relevante tanto para as ciências econômicas, como para as ciências sociais. Tanto no Brasil, quanto no resto do mundo, tem se tornado um tema central com um cenário de incerteza e no momento de crise como a pandemia global de 2020/2021.

Segundo Hoffmann (2001), a distribuição de renda é uma questão básica da economia e das ciências sociais, sendo discutida desde os primórdios da economia clássica de Adam Smith com a fundamental Riqueza das Nações e de David Ricardo com sua teoria de renda da terra, determinação dos salários e lucros e suas classes sociais, encontrada em Princípios de Economia Política e Tributação.

De acordo com Hoffman (2001), David Ricardo, economista clássico, considerava a distribuição da renda como o principal objetivo a ser explicado pela até então Economia Política, que após viria ser chamada de Ciência Econômica, relacionando classes sociais aos tipos de remuneração (juros e lucros, renda da terra e salários). Enquanto isso, a escola neoclássica buscava através dos conceitos de equilíbrio de mercado e produtividade marginal explicar as remunerações dos fatores de produção.

A teoria de Ricardo tinha leis universais e objetivas, independentes da vontade humana, sendo essas leis que determinavam a distribuição da renda entre as classes sociais e se dava pela distribuição funcional da renda. Piketty (2014) diz que para David Ricardo apenas um grupo social iria ter a maior parte da renda, que era os proprietários de terra, pelo motivo de que com a escassez da terra, seria mais caro arrendá-las e tornando assim os proprietários de terra cada vez mais ricos. Para Ricardo a única saída satisfatória para o problema era a adoção de um imposto crescente sobre a renda da terra.

Para Marx (1996), os trabalhadores precisam, através das lutas de classes, serem incorporados ao capital como forma de valorização, e que essa incorporação não se daria através da mudança de capitalista para a qual se é

empregado. Então para Marx, a acumulação de capital é a multiplicação da massa trabalhadora e essa acumulação se dá pela geração de valor a partir do trabalho, o que amplia a concentração de capital sob controle dos capitalistas.

Marx defendia que uma ideia de que não havia limite para acumulação do capital sob controle de alguns, o que ele chamaria de princípio da acumulação infinita. Segundo Pikety (2014, p. 16- 17) “[...] *Marx partiu do modelo ricardiano de determinação do preço do capital e do princípio da escassez para fundamentar uma análise mais aprofundada sobre a dinâmica do capitalismo num mundo onde o capital era, antes de tudo, industrial (máquinas, equipamentos, galpões de fábricas etc.), e não simplesmente a terra; assim, o acúmulo do capital o capital não teria limites.*” Com a acumulação infinita por parte dos capitalistas industriais, o proletariado se encontra cada vez mais pobre, com seus salários beirando a subsistência, o que seria somente o suficiente para manutenção da mão de obra.

Stuart Mill(2019) defendeu que seria possível uma distribuição de renda sem a extinção da propriedade privada, pois sem o trabalho, não haveria uma renda a ser distribuída e desigualdade social não poderia ser interpretada como efeito da acumulação de capital em razão de que quanto maior a produtividade, maior será o excedente, e através deste excedente haveria uma melhora na qualidade de vida.

Segundo Piketty(2014), baseado na teoria de Kuznets, a desigualdade de renda diminuiria organicamente, que não haveria necessidade de intervenção do Estado, isso se daria pelo motivo de que no início do desenvolvimento capitalista a renda seria extremamente concentrada, entretanto com o desenvolvimento capitalista para estágios mais evoluídos do capitalismo, essa distribuição de renda se ajustará automaticamente para níveis menores de desigualdade. Para Kuznets esse movimento aconteceria tanto para países desenvolvidos como os subdesenvolvidos e seguindo sua teoria, seria apenas uma questão de tempo até que o ajuste ocorra. A teoria de Kuznets passou a ser chamada de Lei de Kuznets da variação da desigualdade.

Para Mankiw(1999) a renda se dá através da oferta e demanda de trabalho e a remuneração do fator trabalho é parte da renda nacional, com isso os fatores

que determinam a remuneração do fator trabalho ou o salário dos trabalhadores também seria determinante para a distribuição da renda. Segundo Mankiw(1999) o mercado opera sempre com alocação eficiente, o que não significa necessariamente que a alocação seria de alguma forma distributiva ou justa, por isso muitos economistas acreditam no papel do estado para que a distribuição de renda aconteça por parte da intervenção do Estado, o que provocaria uma melhor alocação dos recursos, agora sim de forma mais igualitária e justa.

Alguns movimentos que tratavam sobre a desigualdade foram o Utilitarismo, o Liberalismo e o Libertalismo. A filosofia Utilitarista criada por Jeremy Bentham e Stuart Mill, se sustenta com o conceito de utilidade, sendo a utilidade uma medida de satisfação, e para os utilitaristas o papel do governo nada mais que é que maximizar a utilidade para a sociedade e não somente para a parcela mais rica dessa sociedade. A distribuição seria realizada através de taxaço sobre as maiores fortunas e essa arrecadação seria destinada em forma de programas de distribuição de renda a parcela da população mais pobre, o que por fim maximizaria a utilidade total da sociedade. Essa ideia de taxar os mais ricos e distribuir para os mais pobres se sustenta pela ideia de utilidade marginal decrescente, na qual o aumento da renda da parcela mais rica marginalmente sua utilidade, enquanto um aumento de renda para a parcela mais pobre, aumenta significativamente a sua utilidade.

O Liberalismo criado por John Rawls (1971) prega que parte das políticas, leis e instituições devem ser justas para toda a sociedade, este propõe que para chegarmos a justiça, devemos abstrair nosso papel na sociedade e assumir que todos os membros dessa mesma sociedade são semelhantes, a partir dessa premissa seria praticável estabelecer leis e instituições mais justas. Para Rawls ao contrário do utilitarismo, que prega pela maximização da utilidade total, deveria ser maximizada não a utilidade total, mas sim a utilidade mínima, ou seja, dever-se-ia maximizar a utilidade da parcela mais pobre da sociedade.

O Libertalismo prega que o governo não deve remover renda de uma parcela da população em detrimento de outra, mas sim avaliar quando a distribuição de renda está deficiente e assim intervir para resolução desse problema pontualmente. Os libertalistas defendem que deveria haver uma igualdade de oportunidades e não de renda de modo que os governos deveriam intervir para

que todos tenham as mesmas oportunidades, o que é uma visão utópica uma vez que a diferença de renda já geraria uma diferença de oportunidade. (MANKIWI 1999)

Para os libertalistas, o Estado tem o dever de intervir para que ocorra uma melhor distribuição da renda e essas políticas de distribuição de renda podem ser através da renda do trabalho, por exemplo o salário-mínimo, ou através de programas de bem-estar como o Bolsa Família.

Segundo Giambianchi(ANO) a política de salário-mínimo (SM), que de certa forma proporciona que o trabalhador mais pobre, que no caso é grande maioria tenha uma renda mais alta, sem ter de onerar o governo, claro que desconsiderando os gastos com previdência social que estão diretamente ligados ao SM. Com a elevação do SM poderia gerar uma taxa de desemprego maior, pois as firmas não pagariam um nível de salário para pessoas desqualificadas, o que conseqüentemente ou teríamos uma maior taxa de desemprego ou muitas pessoas trabalhando por salários abaixo do SM de forma informal.

Segundo Mankiw (1999) a ala de que defende uma política de SM mais elevada, o aumento do desemprego seria marginal comparado com o impacto positivo que faria no processo de distribuição de renda, enquanto a ala contrária a uma política com SM elevado alega que haveria um impacto maior no longo prazo, na qual as empresas fariam um ajuste de nível de emprego, além de que há uma ideia de que a classe média é a parcela que seria mais impactada por uma política de salário mínimo e não a parcela mais pobre da população.

Soares (2002) e Saboia (2007) indicam que sim, um aumento no salário-mínimo tem efeito relevante no processo de distribuição da renda, e conseqüentemente na diminuição da pobreza e desigualdade, por fim tendo um efeito de aumento na renda média do trabalhador.

Para Mankiw (1999) uma forma de melhorar a distribuição da renda e melhorar as condições de vida e trabalho da parcela mais pobre, se dá através da implementação de programas que de algum modo suplementem a renda da população mais pobre, o que considera como um programa de bem-estar, e que é importante que esses programas tenham algum tipo de critério não somente pautado na renda, mas vinculado a alguns outros critérios, como por exemplo o

Bolsa Família, onde famílias não só com renda baixa, mas com filhos em determinada faixa etária ou com algum tipo de incapacidade recebem o benefício.

A crítica feita a esse tipo de política de distribuição de renda segundo Mankiw(1999) é que sua implementação acaba por fomentar de certa forma que as pessoas permaneçam sob certas condições para se enquadrarem dentro do programa, como exemplo, incentivar que pessoas permaneçam desempregadas para sua manutenção dentro do programa ou até mesmo que mulheres tenham filhos para que possam ingressar no programa. Por isso que as políticas de distribuição de renda são consideradas falhas, ou ineficazes se não tiverem algum tipo de restrição quanto ao tempo de permanência dentro do programa

2. Abordagem Clássica

Desde o início do estudo da economia, a literatura dedica-se à análise das relações entre o processo de crescimento econômico e a distribuição de renda. Os autores clássicos voltaram suas discussões acerca do problema de alocação da renda em entre as diferentes classes sociais.

Adam Smith (1996) em sua principal obra “A riqueza das nações”, através de sua teoria de valor, faz uma extensa análise sobre o funcionamento da economia fundada sobre o sistema de trocas. Para Smith uma sociedade capitalista é composta por diferentes classes sociais com diferentes participações na atividade produtiva. Para Smith o produto gerado a partir do trabalho, é dividido em salários, renda e lucros, onde os salários permitem a continuidade da força produtiva, ou seja, permite que os trabalhadores se mantenham e se reproduzam de modo a mão de obra não se acabe e o restante do produto é destinado a renda da terra e a parcela de lucro dos capitalistas.

Para Adam Smith havia uma ordem econômica natural autorreguladora, com a existência de taxas naturais para o qual tendem as remunerações do grupo pertencente ao processo produtivo, o que seguindo essa premissa os salários tenderiam a um nível de subsistência, o que seria suficiente para a manutenção da força de trabalho. No que tange o

excedente, esse seria destinado a competição entre os capitalistas buscando meios de empregar seus recursos.

Malthus em sua análise sobre o as remunerações dos agentes econômicos, Malthus enfatiza que qualquer aumento no salário faria com que a classe trabalhadora se reproduzisse em excesso o que por fim acarretaria um excesso de mão de obra e conseqüentemente uma redução no salário real, que ao fim do processo comprometeria o processo de manutenção e reprodução da força de trabalho, o que poderia pôr fim ser restabelecido com a redução no salário.

Malthus (1978) conclui com o “Ensaio sobre o princípio da população” que em certo nível de demanda a população é incapaz de produzir produtos para sua subsistência, uma vez que a determinado nível, a demanda crescerá geometricamente. Para Malthus, a causa da expansão da miséria e desigualdade era parte de um processo natural e não decorrente de sistemas sociais e econômicos falhos e com diversas contradições.

Em Princípios de Economia Política e Tributação, Ricardo explica as dinâmicas de cada fatia do produto sobre as contribuições de nomes como Adam Smith, Jean-Baptiste Say e Thomas Malthus.

Ao se considerar Ricardo, como já é costumeiro, como a mais típica e bem-sucedida expressão do pensamento clássico, deve-se lembrar seu entendimento de que o objeto da economia era a distribuição. Esta seguia determinadas leis tidas como objetivas e universais, independentes da vontade humana; assim, a margem para os governos a alterarem era extremamente pequena. A economia crescia com uma tendência de levar ao pleno emprego seus recursos, enquanto a distribuição de renda entre as classes sociais ocorria segundo certas leis (a escassez de terras férteis determinava a renda diferencial da terra, os salários eram de subsistência e o lucro o que sobrava como resíduo) (FONSECA, 2004, p. 3).

Fonseca (2004) enfatiza que a distribuição de renda, associada à teoria de que o crescimento da população era função do nível de salários, levou à

chamada “Lei férrea dos salários”. A lei indica que as tentativas de elevar o salário real não tem efeito uma vez que a parcela de renda dos trabalhadores era estática, ou seja, com o crescimento real dos salários, haveria um crescimento populacional equivalente, assim mantendo a renda per capita igual ou menor do que era inicialmente, e neste caso se o salário real caísse abaixo do nível de subsistência, o efeito seria o oposto fazendo com que os salários voltassem a seu nível natural.

Embora se possa argumentar que desde alguns fisiocratas o nível salarial de subsistência fosse entendido não apenas como físico, mas com um componente histórico-social – o que abria espaço teórico para sua elevação –, a “lei férrea” acabava se impondo no longo prazo, daí resultando a inutilidade de políticas de redistribuição de renda. Deduz-se dessas concepções que a participação dos trabalhadores na renda nacional só ocorreria à medida que o próprio bolo crescesse, ou seja, a distribuição era função do próprio desenvolvimento (ou seja, da acumulação de capital, que permitiria a sociedade produzir cada vez mais e com maior produtividade). Assim, estes clássicos, tendo em mente a teoria do valor trabalho, contribuíram para firmar a ideia de que sem produtividade dificilmente haveria distribuição, embora a vinculando à polêmica tese da distribuição como de concorrência do próprio desenvolvimento econômico (FONSECA, 2004, p.4)

Ricardo a partir do setor agrícola, explica que a taxa de juros teria um papel regulador sobre o crescimento econômico. Sua análise sobre a queda das taxas de lucro está relacionada aos salários flutuando em torno no nível de subsistência, os rendimentos de decrescentes e a qualidade ou nível produtivo das terras.

Ricardo explica que havia uma terra do tipo A, de maior qualidade são as primeiras a serem utilizadas e as cidades surgem nessas terras, aqui não há renda da terra. Devido a maior produtividade dessas terras do tipo A e sua proximidade com as cidades onde se desenvolvem os mercados, há naturalmente maior propensão a aplicação intensiva de capital, provocando assim o aumento do lucro do produtor. Ricardo introduz as

terras do tipo B, com fertilidade inferior a do tipo e decrescente no sentido das terras do tipo C, D, tornando-se viáveis com o crescimento populacional e conseqüentemente maior demanda, entretanto com maior necessidade de insumos para se produzir. Portanto a quantidade de trabalho a ser empreendido nessas terras com índices de produtividade inferior, os lucros do setor e a taxa de lucro geral teriam uma tendência decrescente.

Ao contrário do movimento liberal, Karl Marx e outros críticos do liberalismo, defendem que a distribuição de renda não era como uma consequência natural do crescimento econômico, sendo algo a ser definido por decisão humana. Em uma primeira visão descrita em “Salário , preço e lucro” de 1865, Marx afirma que era possível uma elevação dos salários e melhor distribuição de renda através de leis e instituições como sindicatos, negando a existência da “lei férrea dos salários” como algo natural. Posteriormente Marx publica uma segunda visão em “O capital”, onde o destaque está na teoria da mais valia, onde interpreta o capital como uma relação social de exploração, onde o capitalista assume a própria desigualdade como a necessidade da mais valia para sua reprodução.

Stuart Mill por sua vez em contraposição a Malthus que condenava os trabalhadores a uma miséria inevitável. Mill (1983) indica a possibilidade de uma mudança de hábitos como uma possível saída ao problema populacional, através de uma elevação no nível educacional e da manifestação do “bom senso humano”, gerando uma possibilidade para salários maiores e uma possibilidade de reduzir a desigualdade social.

Mill defendeu a possibilidade de uma melhor distribuição renda dentro de uma economia de mercado, ou seja, com a preservação da propriedade privada. Para Mills a esfera da produção não era algo mutável, mas a esfera da distribuição sim, podendo ser alteradas de acordo com as escolhas da sociedade. O autor tinha um ponto de divergência em relação a Marx defendendo que não se podia atribuir as desigualdades sociais ao processo de acumulação de capital, sendo que uma maior produtividade poderia gerar um maior excedente e por consequência uma maior

qualidade de vida. Um meio de se mitigar ou reverter a desigualdade social seria através da organização social em sindicatos ou associações. A ação humana não era passiva, mas capaz de alterar a distribuição de renda. Sendo assim, havia espaço para a política (MATTOS,1998).

Essa nova visão de Mill rejeitava teses liberais colocando a desigualdade social como algo natural assim como as teses socialistas que ignorava a adoção de políticas redistributivas, ou seja, a desigualdade não seria algo natural e não seria também algo inerente às leis sociais intrínsecas ao capitalismo (FONSECA, 2004). Deste modo ganha força a teoria de que o crescimento é uma condição necessária para melhor distribuição de renda, mas não suficiente, sendo crucial a criação de instituições voltadas para este fim.

A partir de 1870 surge a revolução Marginalista, onde seus principais expoentes são Jevons, Menger e Walras, que trazem novos argumentos às contribuições anteriores. No aspecto da distribuição de renda, se associada a escassez ou abundância de alguns fatores, não havia a mesma rigidez da “lei férrea dos salários”, enfatizando que cada sociedade teria uma distribuição diferente de acordo com as leis econômicas (FONSECA, 2004).

Em uma análise internacional, os países latino-americanos, principalmente o Brasil, possuem um nível elevado de desigualdade social, algo que para ser explicado é necessário a avaliação de sua formação econômico-social desde os tempos de colônia espanhola ou portuguesa no caso do Brasil. Segundo Furtado(1967), o caso brasileiro se destaca pela extrema concentração da renda na economia açucareira colonial, o autor ao analisar as consequências da abolição da escravatura, afirma que “praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda” (FURTADO, 1967, p.149).

Furtado, em 1968 publica uma análise sobre os efeitos da política econômica do governo militar após o golpe de 1964. Furtado conclui sobre o período “provocou-se maior concentração da renda [...] quando se tem amplamente reconhecido que o maior obstáculo ao desenvolvimento do

país está já na excessiva concentração da renda” (FURTADO, 1968,p.19).

3. Processo histórico - Breve Análise

Segundo Lacerda (1994), o estudo do processo histórico é fundamental para se avaliar o desenvolvimento econômico de um país. No caso brasileiro pode-se verificar um país marcado pela instabilidade política e pela forte tendência à concentração dos fatores de produção, além de sua vasta pluralidade cultural e territorial.

A questão da concentração de renda originária do período escravocrata focado na exportação de bens agrícolas como café e açúcar, menciona-se que a discussão acerca do problema da distribuição de renda se torna mais presente a partir dos anos 1970. Mesmo sendo um período de forte crescimento do PIB, o que inclusive é chamado de “Milagre Econômico Brasileiro”, que só foi possível com algumas sequelas como o endividamento e a concentração de renda, com isso destarte o grande crescimento do PIB, houve aprofundamento das desigualdades sociais no período.

A política econômica no período dos governos militares fomentou a poupança interna ao invés de distribuição de renda uma vez que as parcela da população mais rica tinha uma capacidade maior de poupança que a parcela com a renda mais baixa.

Segundo Fishlow (1975), as taxas de crescimento do PIB no período 1968-1973 seguiam uma tendência de crescimento, movimento contrário a distribuição de renda que seria resultado de políticas econômicas adotadas pelos governos militares que na tentativa de controlar a inflação, construíram um sistema que não beneficiava a população de renda mais baixa, aprofundando então a desigualdade.

Tolipan e Carlos (1975) concluem em sua obra “A Controvérsia da Distribuição de Renda no Brasil” que houve uma piora na distribuição de renda no período de 1970 se comparado com a década anterior. Um ponto importante é que com a aceleração do processo inflacionário na década, fez com que o poder de compra e a qualidade de vida da parcela mais pobre da população piorasse. (GREMAUD et al., 2009)

A forma como os governos militares lidam com as crises ocorridas na década de 1970 impactou de forma significativa a vida da população, de modo que a herança para os próximos 15 anos foi de desemprego e estagnação.

Segundo Pinheiro (1996), no período de 1980-1993 a economia brasileira teve uma taxa de crescimento do PIB média de 2.1% a.a., o que por consequência manteve uma estagnação no PIB per capita para o período, além de uma inflação média de 438% a.a.

Buscando o controle inflacionário, o governo criou mecanismos para reduzir os impactos, o que facilitava sua aceleração. Foram criados uma série de programas até o que teve efeito de fato, o plano real (1994). Os planos foram: Plano Cruzado (1986); Plano Cruzado II (1986); Plano Bresser (1987); Plano Verão (1989); Plano Collor I(1990), Plano Collor II(1991) e por fim o Plano Real (1994). Com exceção do Plano Real, todos os planos contribuíram com a inflação. (GIAMBIAGI et al, 2011).

O processo inflacionário em altas taxas contribui para a desigualdade de renda de duas formas: i) gera aumento real na desigualdade uma vez que o poder da população em geral é sempre ajustado com atraso e ii) aumento dos erros de declaração que ocorrem com maior frequência em períodos de inflação acelerada pois os agentes perdem a noção dos valores monetários (OMETTO et al., 1994)

O plano real teve papel crucial para a estabilidade da economia brasileira, em sua concepção o plano era dividido em três fases: 1) promoção de ajuste fiscal para o equilíbrio das contas e assim atacar a principal causa da inflação; 2) criação de um padrão novo e estável de valor, o que foi chamado de URV (Unidade de Real Valor); 3) concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia “ as regras de emissão e lastreamento da nova moeda de forma a garantir sua estabilidade”. (GIAMBIAGI et al., 2011).

Segundo Lacerda(2013), para que fosse viável cumprir a primeira etapa do Plano Real, foi implementado o Programa de Ação Imediata (PAI) em 1993, que para se ter equilíbrio nas finanças públicas era necessário reduzir os gastos da União e aumento na eficiência no ano de 1993,

recuperar a receita tributária; equacionar as dívidas dos estados e municípios com a União; implementar um controle mais rígido sob os bancos estaduais e saneamento dos bancos federais e aperfeiçoamento do programa de privatizações.

A segunda fase do plano, tinha por objetivo atacar o componente inercial da inflação, a ideia para alcançar esse plano era “zerar a memória inflacionária”. Ao contrário dos planos anteriores, no plano real não haveria congelamento de preços, a desindexação seria feita de forma voluntária através de uma moeda intermediária (URV) que reduziria o período de reajuste de preços (GIAMBIAGI et al., 2011)

Em 1994, surge o novo sistema de indexação que simulava os efeitos de uma hiperinflação, encurtamento de prazos e reajustes, “substituição parcial da moeda”. Através desse novo indexador, a Unidade Real de Valor (URV) onde seu valor era corrigido diariamente pelas taxas de inflação através dos índices (IGP-M, IPC-FIPE e IPCA-Especial), tendo função de unidade de conta no sistema, uma vez que a URV teria paridade de 1:1 com dólar.

Após 3 meses, foi implementada a nova moeda, onde o Brasil conviveu com duas moedas, o cruzeiro real que tinha função de meio de troca e a URV funcionando como unidade de valor.

Em 1º de julho de 1994, uma vez que todos os preços estavam já em URV, o governo lança o real, onde sua paridade com a URV era de 1:1 e igual ao dólar do dia. Deste modo, todos os preços em cruzeiros eram convertidos para reais, dividindo-se pelo valor da URV.

A valorização da taxa de câmbio foi crucial para a estabilização da economia, justamente no momento em que a abertura para o comércio exterior havia provocado grande aumento no volume de reservas. Além disso, os agentes econômicos voltaram a ter confiança nas instituições brasileiras, ponto determinante para se atingir a estabilidade macroeconômica. (GREMAUD et al, 2017)

4. Abordagem Contemporânea

Em uma economia, a distribuição de renda é o processo de divisão das riquezas e do produto de um país entre seus habitantes e regiões definidas por ele.

Seguindo esse critério, uma das dificuldades econômicas mundiais está no método de mensuração da riqueza produzida por um país, um dos meios é através da análise do PIB e da renda per capita. O PIB será capaz de fornecer o nível de riqueza total do país, entretanto a renda per capita, ou PIB per capita, acabará por fornecer uma ideia muito imprecisa sobre o nível de vida da população.

Uma vez que a medida de PIB per capita, não é capaz de mensurar a desigualdade social, é possível um país ser muito rico em termos de PIB e PIB per capita, mas seus habitantes muito pobres. Por outro lado, é possível um país não ter um nível de renda elevado, ou seja, não ser rico mas seus habitantes possuírem um padrão de vida mais elevado em relação a países com renda per capita superior. O que define essa diferença entre o padrão de vida dos habitantes de países distintos, o processo de distribuição de renda é central e é o que determinará essa diferença.

A questão da concentração de renda está diretamente ligada à pobreza e ao desenvolvimento econômico. Desse modo, com o passar do tempo, foi identificado uma série de variáveis que buscam captar de uma forma mais precisa o nível de desigualdade para diferentes parcelas da população. São exemplos de variáveis desenvolvidas com esse intuito a Curva de Lorenz, o “U invertido” de Simon Kuznets, o índice de Gini e a análise dos percentis dos mais ricos e mais pobres.

A grande maioria dos trabalhos científicos sobre a questão da distribuição de renda, é feita através do Índice de Gini. O índice de Gini foi criado pelo matemático Conrado Gini e é utilizado como métrica para mensurar o grau de concentração de renda de uma determinada população, numericamente o índice varia de zero a um, onde zero representa uma população perfeitamente igualitária, ou seja, todos os habitantes possuem a mesma renda. O índice no valor um é o extremo oposto, ou seja, há uma

situação de desigualdade total. Costumeiramente o Índice de Gini compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos na população (WOLFFENBUTTEL, 2004).

Segundo Ende, et al. (2010), adicionalmente, o Coeficiente de Gini pode ser calculado pela equação de Brow:

$$G = 1 - \sum_{k=0}^{K-1} (X_{k+1} - X_k)(Y_{k+1} + Y_k)$$

Onde:

G = coeficiente de Gini

X = proporção acumulada da variável "população"

Y = proporção acumulada da variável "renda"

Para Hoffmann (1989), o índice de Gini se destaca por ser uma medida de desigualdade calculada através de uma análise de razão, ao invés de uma variável representativa da maioria da população, como por exemplo o PIB ou a renda per capita. O índice pode ser usado para diferentes estratos da população em diversas comparações sobre distribuição de renda (setorial, de gênero, raça e etc.), um ponto negativo é que o índice consegue aferir a desigualdade de renda mas não a desigualdade de oportunidades.

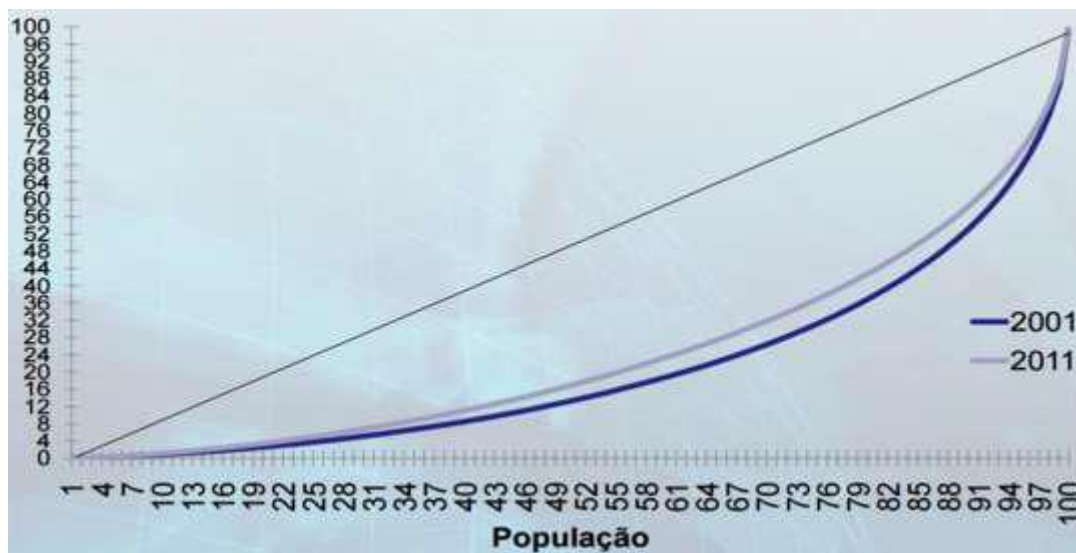
Ao se realizar uma análise da desigualdade social, é razoável a utilização de outros indicadores econômicos e de bem-estar, pois somente o Índice de Gini não é capaz de capturar as circunstâncias de cada objeto analisado. Um país A, pode ter um alto nível de desigualdade, comparado com um país B, que tem baixo nível de desigualdade, mas ao fim a parcela mais pobre do país A pode ter um nível de vida superior a parcela mais rica de um país B. Além disso, é possível se deparar com economias com rendas e índices de gini similares e ainda assim terem distribuições de renda distintas, isso porque estas podem ter Curvas de Lorenz com distintas formas que acabam por produzir o mesmo coeficiente. O índice de Gini busca estimar a igualdade em um momento específico, ignorando mudanças que podem ocorrer em determinado período, como mudança

de faixa etária ou mobilidade de classes sociais.

Dentre os esforços de representar a distribuição de renda, está a construção da Curva de Lorenz, que foi desenvolvida em 1905 pelo economista Max O. Lorenz, onde o gráfico representa no eixo das abcissas o percentual de população acumulado, enquanto no eixo das ordenadas o percentual de renda acumulada.

A curva de Lorenz deve ser interpretada da seguinte forma, a linha reta representa um cenário de igualdade total, onde toda a população possui a mesma renda, desta forma pode-se notar uma evolução em termos de igualdade ao se comparar os anos de 2001 e 2011, coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Figura 1 - Curva de Lorenz Brasileira (2001-2011)



Fonte: IPEA (2011)

Outra forma de mensurar a desigualdade de renda está na determinação dos percentis de renda de uma dada amostra. Diante desta perspectiva, ordena-se a amostra por sua renda com o intuito de fazer comparações, como por exemplo, a representação da quantidade de renda dos mais ricos no resto da população. No projeto “Calculadora de Desigualdade”, desenvolvido pela organização não governamental britânica Oxfam e pelo veículo de jornalismo digital Ojo Público, os 206 milhões de brasileiros foram divididos em 10 faixas de renda. Para exemplificar, cita-se que na

faixa de renda mais baixa ficam aqueles que ganham entre 0 e R\$ 232 por mês per capita e na segunda faixa quem ganha entre R\$ 232 e R\$ 386.

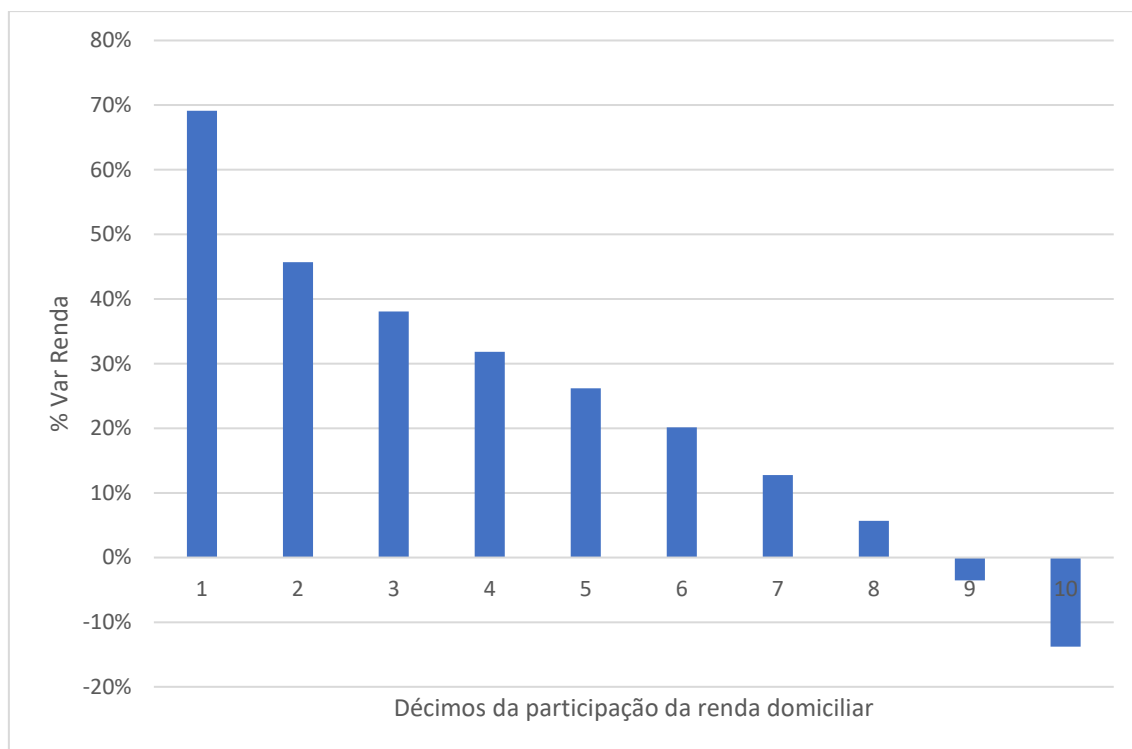
Segundo relatório publicado pelas organizações, as primeiras 8 faixas ou aproximadamente 80% da população brasileira tem renda per capita inferior a R\$ 1,700.00 mensais, o penúltimo grupo possui renda per capita entre R\$ 1,700.00 e R\$ 2,600.00, e a última faixa possui renda per capita de R\$ 2,600.00 e surpreendentes R\$454,000.00 (CALEIRO,2016).

Outra hipótese, é a do “U-invertido”, formulada por Simon Kuznets. Santos e al. (2011) implementou a teoria ao caso brasileiro, avaliando a relação entre o crescimento econômico e a desigualdade na distribuição de renda no Brasil, com o intuito de averiguar a aplicabilidade da hipótese teórica, onde se estabelece uma relação em forma de U-invertido entre desigualdade na distribuição de renda e crescimento econômico.

A teoria de Kuznets foi formulada baseado no estudo da relação entre Inglaterra, Alemanha e EUA, onde Kuznets afirmou que a desigualdade cresce nos estágios iniciais de crescimento econômico, na qual uma vez atingido seu ápice, e partir desse ponto haveria a diminuição da desigualdade com o desenvolvimento da economia. Essa redução da desigualdade se dá pela movimentação da população de um setor primário menos desenvolvido para um setor urbano mais avançado e rico. Para Kuznets essas variações inicialmente provocariam um aumento inicial na desigualdade até certo ponto, que posteriormente se reduziria conforme o crescimento da renda per capita. (SANTOS, et al, 2011).

Para o período de 1976-2007, por meio de testes econométricos de séries temporais e análises cíclicas, foi possível verificar que a estrutura distributiva teve uma elevação na renda da parcela mais rica e concomitantemente a parcela mais pobre teve uma redução de renda, gerando elevações sucessivas na desigualdade até seu pico, movimento que depois se inverte. Deste modo é possível observar ganhos de renda da parcela mais pobre às custas do grupo mais rico e posteriormente ganhos para ambos, porém proporcionalmente superior na parcela mais pobre, o que ao fim comprova a hipótese de Kuznets no caso brasileiro (SANTOS, et al, 2011).

Figura 2 - Variação da participação da renda domiciliar por décimo (2001-2014)



Seguindo o estudo de Bagolin e Silva (2001), estes analisaram a relação entre distribuição de capital humano e crescimento com o objetivo de estimar a desigualdade do capital humano, utilizando a mesma metodologia utilizada pelo Índice de Gini. Estes utilizam dos dados da PNAD para o intervalo de tempo de 1986 a 2001, verificando o efeito da desigualdade de capital humano sobre as taxas de crescimento dos estados.

Bagolin e Silva (2001) tem como conclusão que o Brasil possui a mesma tendência internacional de queda da desigualdade de modo regional e evolução no acesso à educação, entretanto, ponderam que ainda há clara desigualdade ao se analisar um cenário inter-regional com concentração de desigualdade em estados do norte e nordeste, enfatizando os estados de Alagoas, Roraima, Piauí e Paraíba.

Hoffman (2006) efetua uma análise baseada na PNAD para o período de 1995 a 2005 na qual descreve uma tendência de queda na desigualdade de renda para a faixa dos economicamente ativos, mas de forma mais

acentuada a partir de 2001, período inicial de programas de distribuição de renda.

Segundo Hoffman (2006), o coeficiente de Gini possui tendência de queda no período, e pontua que mesmo alterações na taxa de desemprego, não tiveram efeito suficiente para que houvesse uma inversão no sentido da desigualdade, este conclui que considerando o índice como medida é possível estimar que o limite entre os pobres e ricos é de R\$ 1536.00, o que indica que um aumento de renda de uma pessoa com salário superior a R\$ 1536.00 causa aumento no índice de Gini.

Souza (2016) por sua vez utiliza-se de dados do imposto de renda para construção de séries históricas para aferir a concentração de renda no Brasil no período de 1926 a 2013. Souza conclui uma posição contrária às teorias de industrialização, o autor pode confirmar que há certa estabilidade na participação da parcela mais rica.

Souza argumenta que a parcela mais rica da população não são objeto de estudo constante assim como a parcela mais pobre, critica o fato do termo “ricos” causar estranheza e atribui essa questão a posição social dos acadêmicos, em que o objeto é alvo de fascínio ao mesmo tempo em que se reveste de pudor, ou seja, todos querem ser ricos, mas ricos são sempre os outros (SOUZA, 2016).

Souza reconhece que suas conclusões são parciais de certa forma e reconhece a ausência de estudos mais rigorosos sobre a desigualdade, e reconhece que:

Se os argumentos aqui defendidos estiverem corretos, a concentração de renda entre os ricos não sairá da agenda teórica, empírica e política no curto e no médio prazos. O Brasil tem tudo para seguir essa tendência: permanecemos um país altamente desigual em que a fração da renda recebida pelos mais ricos está longe dos níveis civilizados que cumpriram um papel fundamental para a construção simbólica do “Primeiro Mundo” no pós-guerra. Se quisermos romper com essa sina, teremos que encarar uma tarefa inédita, que exigirá reformas em muitas frentes e disputas políticas agudas. Não há motivos para sermos otimistas nem

alternativas mais fáceis. Esperar que o crescimento puro e simples resolva nossa questão distributiva não funcionou no passado e dificilmente funcionará no futuro (SOUZA, 2016, p. 337).

Um ponto determinante para o problema da distribuição de renda é o ponto demográfico, uma vez que a diferença de renda per capita não está somente na diferença de renda, mas concomitantemente com a quantidade de pessoas na família, ou seja, uma família pode não ser extremamente pobre ao se verificar a renda, mas ao se possuir uma quantidade de membros muito alta, pode levar a família a níveis de pobreza extremos em termos de renda de per capita. (BARROS, 2006).

Para Barros a renda de uma família possui duas origens e os separa em dois grupos: (1) a renda não derivada do trabalho e (2) rendimentos provenientes do trabalho. O autor enfatiza que a grande maioria das famílias tem sua renda proveniente do trabalho o que acarreta dois fatores determinantes sendo eles o acesso ao mercado de trabalho e sua remuneração.

...A renda individual e daí a renda por adulto da família tem várias origens. Podemos reuni-las em dois grandes grupos: (a) a renda não derivada do trabalho, formada pelas transferências governamentais e privadas, além dos rendimentos dos ativos da família; e (b) os rendimentos do trabalho.... Como a vasta maioria da renda das famílias vem do trabalho, é importante decompô-la em seus determinantes imediatos. São basicamente dois os determinantes imediatos da renda do trabalho por adulto, t. Por um lado, ela depende do acesso ao trabalho, isto é, em que medida cada membro adulto se encontra ocupado. Por outro lado, depende da remuneração dos membros ocupados (BARROS, et al. 2006, p. 382).

Já Ferreira (2000) atribui a questão da distribuição de renda a cinco fatores principais. O primeiro fator está nas características dos indivíduos de modo geral, como por exemplo raça, gênero, capacidade intelectual e/ou riqueza inicial. O segundo fator já elenca diferenças adquiridas no decorrer do

tempo, por exemplo nível educacional e experiência profissional. O terceiro fator para o autor está baseado no modo como o mercado de trabalho trata os dois fatores anteriores e o divide em três meios distintos: o primeiro meio é através da discriminação, que consiste em pagar salários distintos para trabalhadores com a mesma posição de trabalho, produtividade similares, utilizando como base alguma característica do trabalhadores, por exemplo mulheres com salários inferiores a homens; o segundo meio é a segmentação, onde há de fato diferenças entre os postos de trabalho, e conseqüentemente há diferença de remuneração entre os postos mesmo sendo ocupados por trabalhadores idênticos; o terceiro meio que é a projeção, se avalia o retorno das características do trabalhador para cada posto de trabalho. Com isso, o perfil salarial da educação projeta anos de escolaridade (de qualidade média) no espaço renda, quando o perfil da experiência projeta anos de experiência profissional (de qualidade média) no espaço renda. O quarto fator refere-se ao mercado de capitais e sua imperfeição, por segmentação no acesso ao crédito ou apólices de seguro, pode ser determinante na inserção de um trabalhador afetando também a geração de renda a distribuição. Por fim, o último fator é basicamente demográfico, onde o tamanho da família e sua composição é determinante para a renda familiar per capita.

III. Análise dos Resultados

Mesmo com a notável melhora socioeconômica dos últimos anos, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios, como o fenômeno da pobreza, das vulnerabilidades e desigualdades sociais, de acordo com o Censo Demográfico (2010) cerca de 16.2 milhões de pessoas são extremamente pobres com uma renda per capita de até 70 reais.

Mesmo ocupando a 9ª posição no ranking dos maiores PIBs mundiais, o Brasil ainda é um país de pobres. A pobreza está intimamente ligada a má distribuição de renda. (MERCADANTE, 2016). Para o autor a pobreza é uma consequência da organização social da produção e da acumulação de capital que mantém parte da população a margem dos sistemas

produtivos e de consumo.

Essa contradição, ser um dos países mais ricos e ao mesmo tempo uma referência em desigualdade social pode ser verificada pelo Coeficiente de Gini. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupa a 10ª posição no ranking dos países mais desiguais do mundo e quarto na América Latina. Segundo o levantamento o Brasil possui um percentual de desigualdade de 37%, acima da média do continente que é de 34.9%.

Segundo o IPEA (2015), a desigualdade de renda decaindo nos últimos anos, índices de desigualdade e pobreza se mantiveram estáveis no período de 1970 e 2001, mas que apresentam melhora nos indicadores, principalmente a partir de 2003.

Tabela 1 - Comparativo Índice de Gini (2001-2014)

Região	2001	2014	Var Índice	Var %
Região Centro-oeste	0.59757	0.51097	(0.08660)	-14.49%
Região Nordeste	0.59957	0.51556	(0.08401)	-14.01%
Região Norte	0.56499	0.50472	(0.06028)	-10.67%
Região Sudeste	0.56807	0.50110	(0.06697)	-11.79%
Região Sul	0.54734	0.45564	(0.09171)	-16.75%

Conforme figura 3, a renda domiciliar per capita média dos pobres, é possível no verificar uma evolução na renda per capita da população mais pobre em todas as regiões do país.

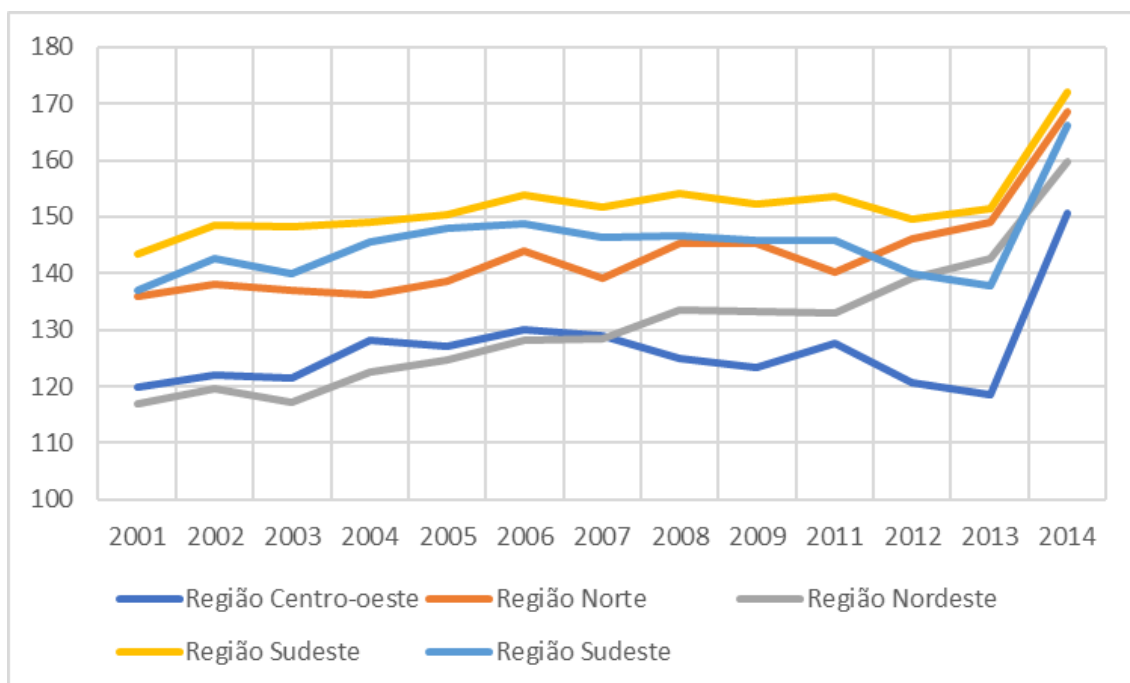
Ao se analisar as regiões, a região Nordeste foi a que teve maior aumento na renda per capita, passando de R\$ 117.04 em 2001 para R\$ 159.75, representando um aumento de 36.48% o que representa em termos monetários uma evolução de R\$42.70 na renda per capita. Além do

Nordeste, as regiões que tiveram maior aumento na renda per capita foram Centro-Oeste, Norte, Sudeste e Sul respectivamente conforme tabela 1.

Tabela 2 - Renda Domiciliar Média dos Pobres

Região	2001	2014	Var R\$	Var %
Região Centro-oeste	120.01	150.62	30.61	25.51%
Região Norte	136.02	168.66	32.64	23.99%
Região Nordeste	117.05	159.75	42.70	36.48%
Região Sul	143.49	171.94	28.45	19.83%
Região Sudeste	137.09	166.27	29.17	21.28%

Figura 3 - Renda Per Capita dos Pobres (2001-2014)



Os resultados obtidos convergem com o relatório divulgado pelo IPEA (2018) onde é possível destacar a evolução do Brasil nas últimas décadas a respeito do combate da pobreza extrema. O percentual de extremamente

pobres recuou de 16% em 1990 para aproximadamente 4% em 2015, esse recuo na pobreza extrema se deu pelo bom desempenho econômico e do mercado de trabalho aliado a políticas públicas que expandiram a proteção social. Como outros fatores pode-se atribuir a expansão do acesso crédito e consumo, valorização do salário-mínimo e novos programas de distribuição de renda como o Programa Bolsa Família, que propiciaram um rápido crescimento da renda dos pobres principalmente a partir de 2000 (SILVA, 2018).

A figura 4, evidencia o comportamento da renda domiciliar da parcela mais rica da população, no caso o 1% mais rico, ou seja, a participação da parcela mais rica na divisão do “bolo”.

É possível notar que desde 2001 a participação na renda domiciliar vem decaindo, onde a renda em 2001(todos as regiões) representava surpreendentes 70%, e em 2014 passou a representar 54%. Analisando de forma regional, a região em que a queda da participação foi mais acentuada foi na região Sul, onde a participação era de 12.35% em 2001 e passou para 8.66%, uma queda percentual de 29.93%, seguido de Norte com queda de 24.62%, Nordeste com 24.56%. A região com menor queda percentual na participação da renda foi o Sudeste, passando de 12.59% para 11.13% representando uma redução de 11.56% na participação renda domiciliar.

Mesmo com essa queda no período, a parcela dos 1% mais ricos

Figura 4 - Participação na Renda Domiciliar 1% mais ricos (2001-2014)

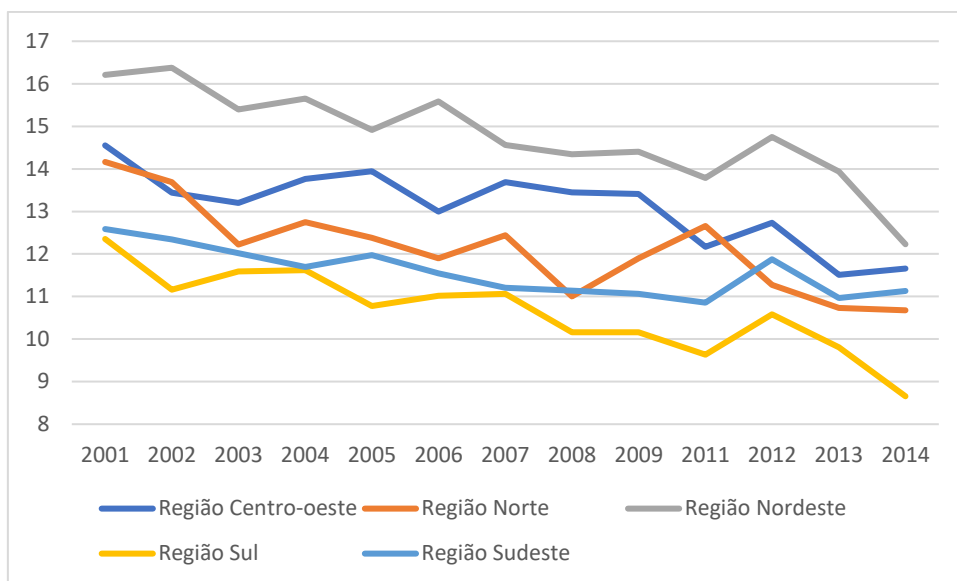
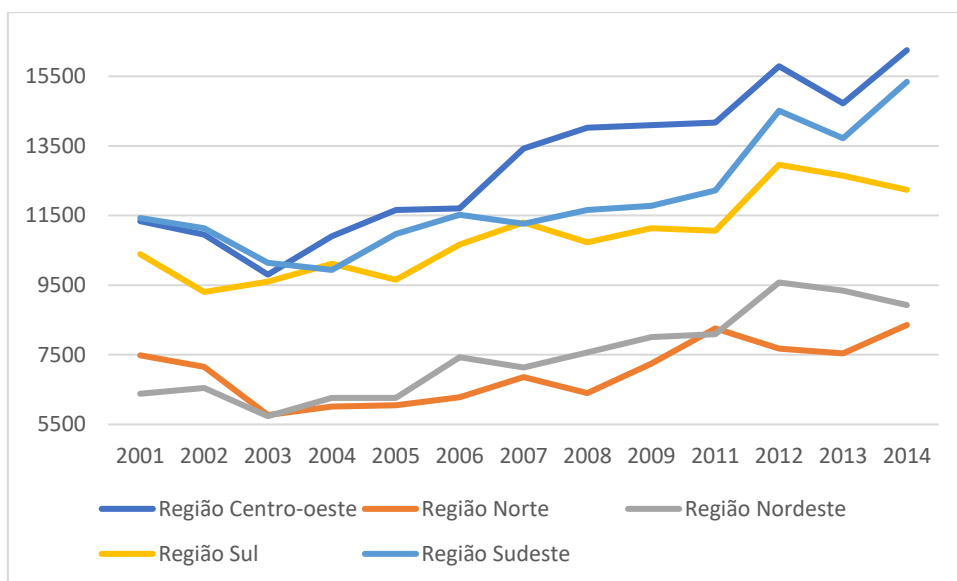


Figura 5 - Renda per Capita Média 1% mais ricos (2001 -2014)



Ao se avaliar através do Coeficiente de Gini, é possível verificar a melhora na distribuição conforme tabela x, é possível notar que a região sul foi a que teve maior queda na desigualdade, uma queda de 0.091 no coeficiente, representando uma redução de 16%, seguida de Centro-Oeste e Nordeste.

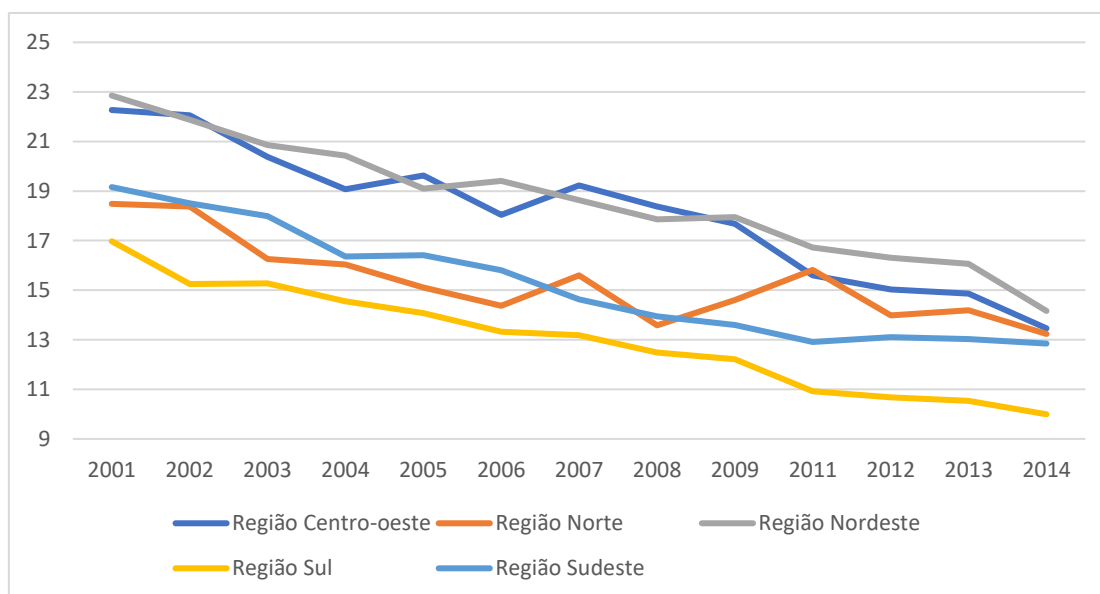
Ao se analisar os dados por sexo, é possível verificar que há diferença na renda média, onde indivíduos do sexo masculino tem vantagem, algo de

origem histórica que ainda persiste, indicando que as mulheres têm renda equivalente a 62% da renda dos homens.

A partir de dados da PNAD que as 65% das mulheres brasileiras possuem renda de até 1.5 salário-mínimo, enquanto os homens 52%. No outro extremo, para as pessoas com renda superior a 10 salários-mínimos, a proporção é de 2:1, ou seja, 2 homens com renda acima de 10 salários-mínimos para cada mulher.

A figura 7 apresenta a razão entre a renda dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres por região no período de 2001 e 2014, com a redução do número de pobres no país, é possível verificar que a razão entre as duas classes vem em queda, onde as maiores reduções estão no Centro-Oeste, com redução de 8.81% e no Nordeste com redução de 8.69%.

Figura 6 - Razão Renda entre 10% mais ricos e 40% mais pobres (2001-2014)

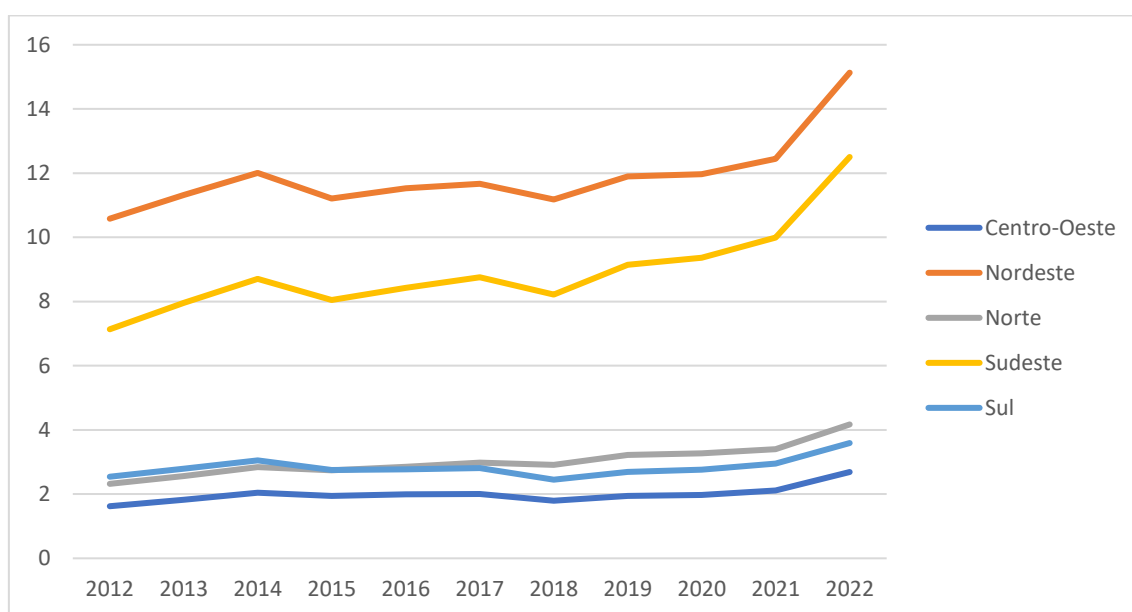


Pode-se notar grande melhoria nos indicadores de desigualdade, principalmente a partir dos anos 2000 e mais acentuadamente a partir de 2003, com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que unificou e ampliou os programas sociais existentes, o principal programa foi o Bolsa Família, criado em outubro de 2003. Em sua implantação sua meta era de atingir 11.1 milhões de famílias, sendo essa meta atingida em 2006, meta essa que foi aumentada para 12.9 milhões de famílias em 2009, nova meta

que foi atingida em 2011 e aumentada para 13.7 milhões de famílias. Em agosto de 2022, o número de beneficiários foi de 20.2 milhões, recebendo um valor de R\$ 600.00, através do programa Auxílio Brasil, programa que substitui o Bolsa Família, criado no mandato de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

Através da figura 9, é possível verificar que Nordeste é a região com o maior número de beneficiários, sendo responsável por 50% do número de beneficiários.

Figura 7 - Quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único (2012-2022)

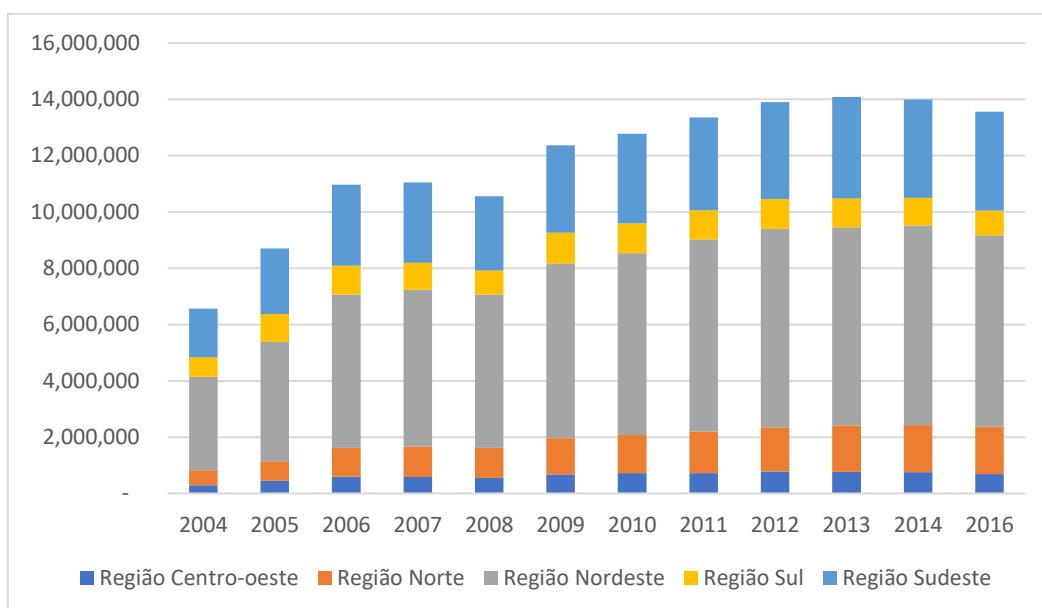


A figura 6, mostra a quantidade de famílias cadastradas no Cadastro Único, instrumento que identifica a caracteriza famílias de baixa renda, utilizando como base o mês de agosto de cada ano. Seguindo a mesma tendência dos beneficiários, a região Nordeste é a que mais possui cadastros representando 40% dos cadastros no mês de agosto de 2022.

Segundo Silva (2018), conclui que não só o número de famílias inscritas no programa aumentou como a quantidade de pessoas, como a quantidade de programas que o utilizam. Para o autor o cadastro tem o propósito de base para integração das políticas sociais.

O aprimoramento do Cadastro Único para Programas Sociais (revisão e averiguação das inconsistências) e a integração dos processos do Programa Bolsa Família com outros programas sociais que se utilizam do CadÚnico, iniciados em 2016, foram os fatores que mais contribuíram para viabilizar a inclusão de novas famílias, que apesar de responderem a todos os critérios do programa, ainda não haviam sido atendidas (SILVA, 2018, p. 33).

Figura 8 - Número de Beneficiários Bolsa Família (2004 - 2016)



Apesar das políticas de distribuição de renda, serem uma forte medida de combate à pobreza e desigualdade, o Brasil ainda está longe de ser um país igualitário, pelo contrário, crises como a pandemia de COVID-19, só evidencia ainda mais o abismo que há entre os brasileiros em termos de renda per capita.

IV. Conclusão

Este trabalho teve como objetivo evidenciar a grande mazela que assola nosso país, que é a desigualdade social, expor suas causas e contexto histórico e expor a evolução do processo de distribuição de renda, enfatizando a sua melhora a partir dos anos 2000 e analisando os indicadores socioeconômicos assim como os programas e políticas direcionadas ao processo de distribuição de renda.

A partir do presente estudo é possível verificar que a partir dos governos militares em 1970 até o início dos anos 2000 o perfil da distribuição de renda tinha um caráter concentrador, perfil este atribuído as políticas econômicas da época, além e principalmente devido ao forte efeito inflacionário da época, algo que corroía o poder de compra do trabalhador e em cenário de forte ação inflacionária, a parcela que mais sofre é a parcela mais pobre, expandindo assim a desigualdade social.

Principalmente a partir de 2003, com a implantação de políticas como um salário-mínimo inclusivo, maior acesso ao crédito e expansão dos programas de distribuição de renda, aliado a um cenário macroeconômico favorável foi possível se atingir grande melhora nos indicadores sociais, vide a evolução perceptível do coeficiente de Gini.

As políticas de distribuição foram cruciais para melhoria na desigualdade social, mas não são os únicos meios, ao fim o acesso a renda é importante, mas mantém também a necessidade de melhor acesso aos serviços essenciais como saneamento e educação de modo que as pessoas consigam evoluir e a sociedade ser mais igualitária.

Por fim, esse estudo buscou evidenciar a evolução da distribuição de renda, mas se reconhece algumas limitações, como por exemplo limitação de informação, com muitos dos indicadores possuindo dados somente até 2014, além da não utilização de ferramentas estatísticas mais sofisticadas. Para aprimorar o estudo, seria de grande valia a disponibilidade de informações mais atualizadas, principalmente analisando um período de crise recente devido a COVID-19.

V. Bibliografia

MILL, John Stuart. Princípios de Economia Política - Stuart Mill (Coleção Economia Política) (p. 308). Lebooks Editora. Kindle Edition. 2019

SOARES, S; SÁTYRO, N. O programa bolsa família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010, v. 1, p. 27-54.

WORLD BANK (2020) . GDP in USD.

Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD>

IPEA (2020). INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipeadata, Banco de dados macroeconômicos, financeiros, sociais e regionais do Brasil. Renda - desigualdade - coeficiente de Gini Período 1979 – 2014. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 22/11/2020.

RICARDO, DAVID. The principles of political economy and taxation, Dover Edition

CAIXA ECONOMICA FEDERAL, Bolsa Família, Disponível em:

<https://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>

BARROS, R. P; FOGUEL, M. N.; ULYSSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília (DF): IPEA. 2007 (vol. 1) e 2008 (vol.2).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, 2006. Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Brasília: Ipea. Nota Técnica.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro; Editora Intrínseca, v.1, 2014.

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macro Economia**. Editora Campus: Tradução Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de

Janeiro, 1999.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho**. 2002. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2108/1/TD_873.pdf> Acessado em:

SABOIA, João. **O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil**. Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap32.pdf>>

SMITH, A. A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas causas. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

BAGOLIN, I, P. SILVA S. **A desigualdade da distribuição da educação e crescimento no Brasil: Índice de Gini e anos de escolaridade**. [S.1],[s.n].2001.

CALEIRO, J. P. **Calculadora da desigualdade mostra seu lugar na pirâmide**. Exame. São Paulo, 2 agosto 2016. Disponível em: <<https://exame.com/economia/calculadora-da-desigualdade-mostra-seu-lugar-na-piramide/>>.

ENDE, M, V. et al. **Estudo sobre as variáveis determinantes da distribuição de renda no Brasil**. VII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. [S.I.], 2010

FERREIRA, F.H.G. **Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?** PUC RIO. [s.n], 2000.

FISHLOW, ALBERT. **“A Distribuição de Renda no Brasil”** in Tolipan e Tinelli (1975).

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimento Econômico e Distribuição de Renda**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004, p.3 e 4.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968, p.19.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**, 7a ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967.

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea**. 2 ° ed. Rio de Janeiro, 2011.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea 1945-2010**. Rio de Janeiro. Editora Elsevier; DTPPhoenix Editorial, 2011.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**, 7ª Edição. São Paulo. Ed. Atlas Ltda, 2009.

GREMAUD, A. P. et al. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2017.

HADDAD, C.L.S. **Crescimento do produto real brasileiro 1900/1947**. Universidade de Chicago. [s.n], 1974.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico**. São Paulo. [s.n], 2001

HOFFMANN, R. **Medidas de desigualdade. Estatística para Economistas**. 4° ed. São Paulo. Thomson Pioneira, 2006

HOFFMANN, R. **O índice de desigualdade de Theil- Atkinson**. v° 11. Fortaleza, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/>

IPEA (2015). INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipeadata, Banco de dados macroeconômicos, financeiros, sociais e regionais do Brasil. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br>.

KUZNETS, S. **Crescimento Econômico Moderno**. Rio de Janeiro, Abril Cultural. 1992.

LACERDA, A. C. et al. **Economia Brasileira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

LACERDA, C. A. **Distribuição de renda no Brasil nos anos 80**. Revista de Economia Política, v. 14, 1994.

MALTHUS, T. R. **Princípios de Economia Política: Considerações sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

NERI, M. C.; CONSIDERA, C. P. **Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização**. Economia Brasileira em Perspectiva, v. 1, p. 49-82, 1996.

NERI, M. **Desigualdade, Estabilidade e Bem-Estar Social**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

NERI, M. **Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e distribuição de renda?** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo. E. Nova Cultural Ltda, 1996.

SOUZA, P.H.G.F. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013**. 378 f. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor. 2016. p. 332; p.337 Disponível em: < <https://www.joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Sociologia-Pedro-Herculano-Guimaraes-Ferreira-de-Souza.pdf>

WOLFFENBÜTTEL, A. **O que é Índice de Gini?** 4 ed. [S.I.]. Revista IPEA, 2004

>.